

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 50.331 - MG
(2016/0060439-7)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE : AFONSO CLÁUDIO VIEIRA
ADVOGADO : MAURO JORGE DE PAULA BOMFIM - MG043712N
RECORRIDO : ESTADO DE MINAS GERAIS
**PROCURADOR : JASON SOARES DE ALBERGARIA NETO E OUTRO(S) -
MG046631**

DECISÃO

Trata-se de recursos ordinários em mandado de segurança interpostos por AFONSO CLÁUDIO VIEIRA, com fundamento no art. 105, II, *b*, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Narram os autos que o ora recorrente impetrou o subjacente mandado de segurança contra supostos atos ilegais do DESEMBARGADOR RELATOR DA EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO Nº 1.0000.14.038.295-3/000, da 13ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e, ainda, do JUIZ DE DIREITO DA VARA DE CONFLITOS AGRÁRIOS DA CAPITAL, consubstanciados em decisões judiciais que, a despeito da regra contida no art. 306 do CPC/1973, determinaram a imediata execução da medida liminar deferida nos autos do processo principal – ação de reintegração de posse ajuizada pelo PATRONATO INHAPIM –, sem que se aguardasse o julgamento definitivo da referida exceção de suspeição.

O Tribunal de origem denegou a ordem, nos termos do acórdão assim ementado (fl. 148):

DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. AÇÃO POSSESSÓRIA. LIMINAR. ALTERAÇÃO DA COMPETÊNCIA EM RAZÃO DE INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA. LIMINAR MANTIDA. EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO. JULGAMENTO. PENDÊNCIA DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS. POSSIBILIDADE DE RECURSOS AOS TRIBUNAIS SUPERIORES. AUSÊNCIA DE SUSPENSIVIDADE. SEGURANÇA DENEGADA.

Não viola a legislação processual civil a decisão que mantém e manda cumprir liminar em ação possessória no bojo do qual foi ajuizada exceção de suspeição, já tendo esta sido decidida pelo Tribunal, e havendo pendência apenas de embargos

Superior Tribunal de Justiça

declaratórios e possibilidade de recursos aos Tribunais Superiores, sem efeito suspensivo.

No primeiro recurso ordinário, interposto em 2/7/2015, sustenta a parte ora recorrente que (fl. 157):

Mesmo diante da regra do art. 306 do Código de Processo Civil, segundo a qual o processo restará suspenso até que seja definitivamente julgada a exceção, o Juiz determinou a imediata execução da medida liminar, que foi cumprida, violando o art. 306, do CPC.

Buscando refutar o fundamento adotado no acórdão recorrido – no sentido de que a oposição de embargos declaratórios na exceção de suspeição não impediria a imediato cumprimento da medida liminar, e, outrossim, de que seria possível a interposição de recursos nos Tribunais Superiores –, afirma o recorrente que (fl. 158):

[...] tanto a liminar quanto ao acórdão foram desafiados por recursos ao Tribunal Superior. Pondere-se que aos referidos recursos sejam dados provimento. Ai, não há falar que os recursos não contenham efeito suspensivo.

De outro lado, o art. 306 do Código de Processo Civil fala sobre a suspensão do processo até que seja julgada definitivamente a exceção de suspeição. Daí porque, o processo deveria ter sido suspenso e não o foi.

Alega, ainda, que (fl. 158):

[...] não houve o processamento da exceção de suspeição, como manda o § 1º do art. 138, do CPC, que determina seja ouvido o arguido no prazo de 05 (cinco) dias, facultando ao excipiente a prova dos fatos, quando necessária e julgando o pedido.

Nada disso aconteceu. Não foi ouvido o arguido e, nem foi facultada a prova dos fatos da arguição de suspeição. Daí porque, ao afastar a exceção de suspensão, o tribunal a quo malferiu o art. 135, I, II e V, do CPC.

No segundo recurso ordinário, interposto em 14/8/2015, afirma que o acórdão recorrido violou o art. 306 do CPC/1973, "por ser norma cogente e impositiva quanto à necessidade de se aguardar o julgamento definitivo da Exceção de Suspeição, e enquanto isso, obrigatoriamente, o processo haverá de permanecer suspenso" (fl.

165).

Por fim, requer o provimento dos recursos ordinários.

Contrarrazões às fls. 182/186.

O Ministério Público Federal, em parecer da Subprocuradora-Geral da República DENISE VINCI TULIO, opinou pelo não provimento do recurso ordinário (fls. 199/203).

É O RELATÓRIO. PASSO À FUNDAMENTAÇÃO.

O ESTADO DE MINAS GERAIS trouxe aos autos documento (fls. 210/211) que comprova que, julgada improcedente a Exceção de Suspeição nº 1.0000.14.038295-3/000 pelo Tribunal de origem, foi interposto pela parte ora recorrente o **REsp 1.595.721/MG**, o qual restou não conhecido por esta Corte, em decisão proferida em 27/6/2016, transitada em julgado em 18/8/2016.

Destarte, resta configurada a perda do objeto da impetração.

ANTE O EXPOSTO, extingo o mandado de segurança **sem a resolução de mérito**, em face da perda superveniente do objeto da impetração. **Prejudicados** os recursos ordinários. Custas *ex lege*. Sem condenação em honorários advocatícios, nos termos da Súmula 105/STJ.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator